



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL NO PLENÁRIO DA CÂMARA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS, NO DIA PRIMEIRO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DOIS. (01-11-2022).

Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, terça-feira, às nove horas e cinco minutos, foi realizada no Plenário da Câmara, a Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos, para tratarem sobre suposto caso de importunação sexual, ocorrido em via pública na madrugada do dia dezesseis de outubro do corrente ano. **Participaram da reunião:** Os Vereadores Adimar José Cota, José Antunes Vieira e Pedro Sousa. **Registrou Presença:** Dr. Corjesu Quirino, Procurador Legislativo. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do povo Marianense” o Vereador Pedro Sousa iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, e começou explicando o suposto caso de assédio, no qual um jovem estava sendo seguido próximo ao Bairro Barro Preto e, ao chegar nas proximidades da Coca-Cola, o rapaz filmou o assédio, vídeo esse que se tornou viral. Desta maneira, a intenção do Vereador Pedro em reunir a Comissão de Direitos Humanos foi em definir o que o Município pode ofertar para as vítimas de assédio; disse querer discutir a proposição da Saúde e da Defesa nesses casos. Sugeriu, ainda, fomentar uma divulgação sobre os atendimentos às vítimas. O Vereador José Antunes sugeriu que se criasse uma cartilha de orientação e, ainda, que se chamasse a Guarda para discutir essas orientações, com concordância do Vereador Pedro Sousa, que completou, dizendo que deve-se convidar também a Saúde para as discussões, com concordância do Vereador Adimar Cota. O Vereador José Antunes sugeriu que a cartilha fosse distribuída também nas escolas. Com a palavra, o Vereador Adimar Cota opinou que as vítimas precisam registrar um Boletim de Ocorrência (BO) pois as ações devem ser tomadas com base em fatos, sendo que, no caso do assédio, há filmagem. O Vereador José Antunes disse haver pessoas mais preparadas que sabem o que fazer nesses casos, isto é, sabem que devem registrar o BO, mas, há outras pessoas que tem medo. Ele completou sua fala, dizendo que os abusos nem sempre são sexuais, podem ser abuso de poder e exemplificou com um caso de funcionário seu que, durante o dia, foi abordado pela polícia armada, que vasculhou seu carro e, não tendo encontrado nada ilegal, multou-o por usar chinelos e pela lâmpada do farol que, supostamente, seria inadequada. Em sua opinião, o ocorrido trata-se de abuso de autoridade, dada a cor de pele do funcionário; ele disse que, em conversa com a responsável, a policial justificou a ação, dizendo que confundiram o funcionário com um meliante conhecido e disse que caberia chamar a Guarda para reunião para tratar dos casos de abuso de autoridade. O Vereador Pedro Sousa disse haver muitas postagens nas redes sociais a respeito do ocorrido no Bairro Santo Antônio, no qual uma mãe chamou a polícia para uma situação em sua casa e um vizinho interviu na abordagem, pois percebeu uma alteração por parte da polícia. Esse vizinho, Sr. Hugo, foi supostamente agredido, e sua esposa compartilhou nas redes sociais o ocorrido, pedindo providências por parte das autoridades; ele disse querer saber quais atitudes podem ser tomadas, dado que a intervenção foi realizada pela Polícia Militar, não querendo ultrapassar jurisdições, ao que o Vereador Adimar Cota informou que, tendo acontecido dentro do Município, não se corre esse risco. Com a palavra, o Vereador José Vieira disse que a Casa deve uma resposta à população. O Vereador Adimar questionou a existência de um BO, ao que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Vereador José Antunes disse não saber. O Vereador Adimar Cota continuou, dizendo que no caso de Santo Antônio da Barroca houve BO e que a Guarda Municipal é que foi responsável pelo atrito; disse que a Guarda foi ouvida, assim como os civis e que é necessário ouvir as pessoas, mas essas precisam protocolar um pedido na Casa, com concordância de todos. O Vereador José sugeriu que se convidassem as vítimas para inquirir sobre sua vontade, já que o que pode ser feito é apurar o caso; pediu ao Vereador Pedro que entrassem em contato com elas, pois ele é quem foi procurado, ao que esse concordou em aguardar a manifestação e protocolo das mesmas na casa. Continuando, o Vereador José disse que, havendo testemunhas e provas, cumprem-se seus papéis e mostra-se à polícia que não se deve agir dessa maneira e, disse ainda, querer realizar a vontade das vítimas. O Vereador Pedro disse ser necessário que o Município se manifeste a respeito, ao que o Vereador Adimar Cota disse querer ouvir a opinião profissional do Dr. Corjesu, sobre o que se pode fazer por meio da Comissão, ao que esse respondeu não haver protocolo na Casa, mas, que nada impede de chamar os policiais envolvidos para se pronunciarem e que, a Comissão de Direitos Humanos administra e pode intervir em todas as demandas da comunidade. O Vereador Pedro Sousa questionou sobre a necessidade da comunidade protocolar a demanda, ao que o Dr. Corjesu disse que sim, mas, que os representantes da Comissão podem orientá-los a tomar esse caminho e concordou com a fala do Vereador José Antunes, sobre muitas pessoas terem medo, dada a truculência das abordagens policiais e, ainda, reiterou a necessidade da abertura de protocolo por parte das vítimas, para que a Casa não seja acusada de perseguição. O Vereador Pedro Sousa perguntou ao Dr. Corjesu se há reclamação na Casa sobre o assédio do dia dezesseis, ao que esse respondeu não haver e que, para tanto, seria necessária uma denúncia. O Vereador Pedro Sousa disse que esse caso em particular é apenas um e disse ter vontade de tratar do assunto de modo mais geral, por isso a importância da cartilha. Com a palavra, o Dr. Corjesu disse que nada impede que se reúnam as Secretarias para discutir o assunto e concordou com a criação da cartilha para que se oriente a comunidade, tanto para casos de assédio, como de abuso de autoridade. O Vereador Pedro Sousa opinou que os excessos policiais ilustram o racismo estrutural, exemplificando com um ocorrido consigo, onde foi impedido de entrar no evento Expo Mariana por um segurança que, só permitiu sua entrada após comprovar ser Vereador. Ele terminou sua fala, dizendo que realizará requerimento de uma reunião mais ampla, que conte com as Secretarias de Saúde, Segurança, Educação, Defesa e Ação Social, além do CAPS, para tratarem da criação e distribuição da cartilha. **ENCERRAMENTO:** 'Não havendo mais nada a tratar em nome de Deus e do povo Marianense', o Vereador Pedro Sousa encerrou a reunião às nove horas e cinquenta e dois minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**